

CUT não aceitará redução de salário

SÃO PAULO — Redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas, retomada dos investimentos por parte do empresariado, reposição da URP para o funcionalismo público federal e promessa de que o Governo não fará nenhum congelamento político. Esses são alguns dos pontos que deverão constar da proposta que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) está elaborando para discutir com empresários e Governo um plano de combate à inflação. Terça-feira, a CUT terá sua decisão.

Hoje e amanhã, quase toda a direção nacional da CUT estará no Centro de Estudos de Cajamar ouvindo do seu assessor de economia, Aloísio Mercadante, quais os pontos que poderão constar de uma proposta e quais os que devem ser rechaçados pelos trabalhadores. Entre esses pontos, já se sabe que a CUT não apoiará um congelamento parcial de produtos agrícolas e nem aceitará

qualquer forma de redução dos salários.

Durante o fim-de-semana, a direção nacional da CUT manteve-se reunida fazendo uma análise da conjuntura e estudando a organização do seu congresso nacional. Algumas das conclusões fazem parte de antigas posições da CUT, como a defesa do contrato coletivo de trabalho e a redução da jornada.

Mas há um dado que assusta os trabalhadores: a inflação. Com a inflação nos 24%, avalia a direção da CUT, os empresários têm preferido aplicar no mercado financeiro, deixando de investir na produção e de criar empregos, o que leva a entidade a temer a hiperinflação.

A CUT aceita conversar, mas já adianta que os trabalhadores não têm mais o que ceder. A proposta da entidade será elaborada com a colaboração também do Dieese, que estudou o pacto de Israel.